

DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM (DUA): uma abordagem estratégica à inclusão

Mirian Suellen Guilherme Menezes

(UFAL)

(mirian.menezes@cedu.ufal.br)

Priscila Gomes dos Santos

(UFAL)

(priscila.santos@cedu.ufal.br)

1 INTRODUÇÃO

Aprender é inerente ao ser humano. Vivemos para aprender: aprender a ser, aprender a viver, aprender a nos comunicar, aprender a nos relacionar (FREIRE, 2000). O principal ambiente que propicia esse aprendizado é a instituição escolar. Nesse ambiente é preciso toda uma preparação para receber a diversidade de pessoas existentes, a fim de que consiga expor diversas formas de ensinar, pois existem diversas formas de aprender.

Com a inserção das crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ambiente escolar, houve uma reflexão sobre a inclusão nesse espaço. Ao refletir sobre ele, foi possível perceber as limitações existentes tanto para crianças atípicas quanto típicas.

Partindo desse pressuposto, uma forma de proporcionar um espaço e um currículo mais inclusivo para a diversidade de alunos e de aprendizagens é a utilização do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), como uma estratégia basilar para a verdadeira inclusão.

Diante desses fatos, este artigo tem por objetivo mostrar um breve contexto histórico do processo de inserção e inclusão das crianças atípicas na escola, ressaltar as limitações existentes no currículo que não atende adequadamente às demandas, para por fim trazer uma breve explicação sobre o DUA e a importância de aprender sobre ele para utilizá-lo como uma estratégia de inclusão na sala de aula.

O problema central deste estudo pretende delinear “quais os impactos do DUA para superar as limitações do currículo? Por conseguinte, este presente trabalho está organizado em 5 tópicos: Inserção das crianças atípicas na escola; Inclusão no ambiente escolar; Currículo e práticas pedagógicas; DUA e suas especificidades; DUA como estratégia de inclusão.

O primeiro e o segundo tópico trazem um breve contexto histórico acerca do processo que a criança atípica percorreu para chegar ao ambiente escolar. O terceiro tópico traz a importância do currículo para efetivar a inclusão. O quarto e o quinto tópico abordam o DUA e como utilizá-lo para a inclusão.

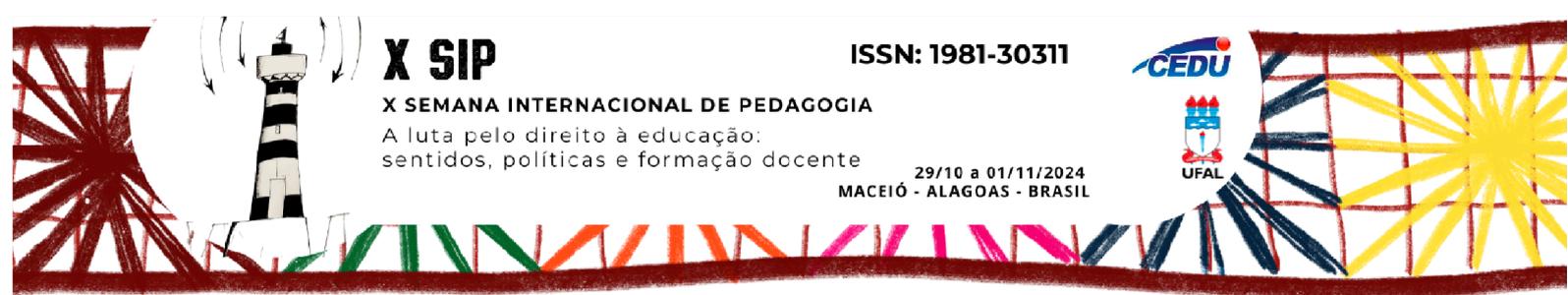
2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste resumo expandido é analisar, a partir dos artigos, o processo de inclusão das crianças com deficiência, buscando compreender as dificuldades enfrentadas, além de explicar como o DUA é uma estratégia adequada de perpetuação da inclusão dessas crianças. Os objetivos específicos são:

1. Analisar os artigos escolhidos, analisando-os e escolhendo os mais relevantes para o tema;
2. Identificar nos artigos o contexto histórico das crianças atípicas na escola, os déficits do currículo e o conceito de DUA;
3. Dissertar acerca do que foi encontrado, explicitando as contribuições do DUA para uma inclusão efetiva.

3 METODOLOGIA

O presente artigo possui abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico. Os textos foram pesquisados nas bases de dados Scielo, Periódico Capes e Google Acadêmico. A seleção dos textos ocorreu a partir da seleção dos descritores: a) Inclusão; b) Desenvolvimento Universal da Aprendizagem e; c) DUA. O critério utilizado para a escolha dos textos utilizados foi a relevância sobre o tema.



4. INSERÇÃO DAS CRIANÇAS ATÍPICAS NA ESCOLA

As crianças com deficiência passaram por diversos processos antes de serem inseridas na sociedade. Nesse sentido, começemos com um breve contexto histórico sobre o tema. Na Idade Média, com a força que a religião possuía, a deficiência era considerada como algo sobrenatural, de cunho demoníaco, sendo assim muitas pessoas com deficiência foram perseguidas e afastadas do convívio social.

Com o passar dos anos, esses sujeitos - destituídos de seus direitos - foram colocados em instituições assistencialistas, a fim de que ficassem longe de suas famílias e do centro da cidade, afastadas, mas amparadas de alguma forma. Após a contribuição de reformadores sociais, em especial os estudos de Esquirol em 1818, as crianças com deficiência tiveram a oportunidade de estudar em classes especiais, o que foi um avanço comparado à situação anterior, porém ainda segregando-os (SILVA, 2009).

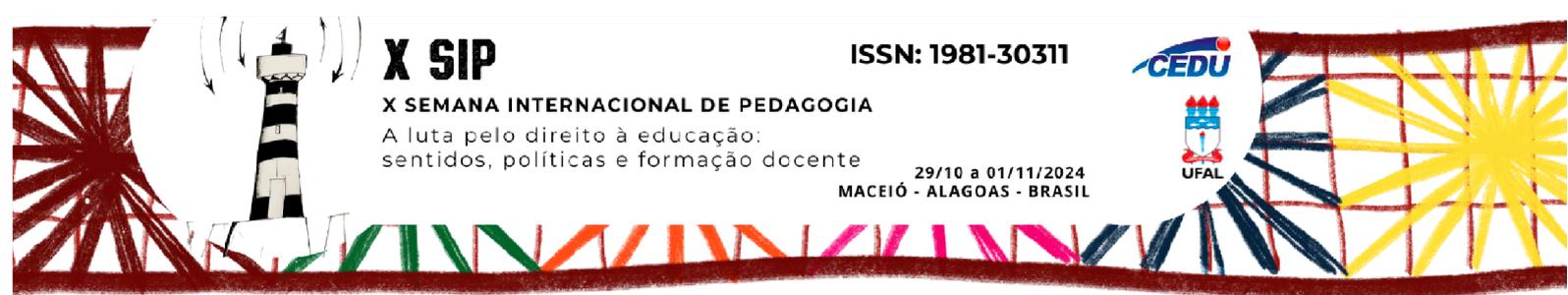
4.1 INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

No final da década de 50, vários países, como por exemplo a Dinamarca e o Canadá, começaram a defender o princípio de normalização criado por Bank-Mikkelsen, que defendia que o ato de normalização, respeitando-os de acordo com suas especificidades (SILVA, 2009).

Esse conceito de normalizar permitiu que em 1990, em Jomtien, com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, em 1994, a Educação Inclusiva ganhasse espaço no lugar da Educação Especial. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, foi um documento basilar para a defesa dos direitos da pessoa com deficiência junto à Convenção relativa aos Direitos da Criança, em 1989.

Outro conceito importante, citado na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), aproximou as crianças atípicas do âmbito escolar, afastando a ideia exclusivamente médica e a aproximando-as do critério escolar

A expressão 'necessidades educativas especiais' refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente,



têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade (UNESCO,1994).

Essa expressão permitiu que até o termo utilizado integrasse as crianças no ambiente escolar, trazendo a responsabilidade para a escola e não mais para as áreas da saúde. Uma escola inclusiva é uma escola em que todos podem conviver juntos, sem preconceitos de qualquer tipo, sem discriminação, independente das suas características físicas, sociais ou intelectuais (SANCHES E TEODORO, 2006).

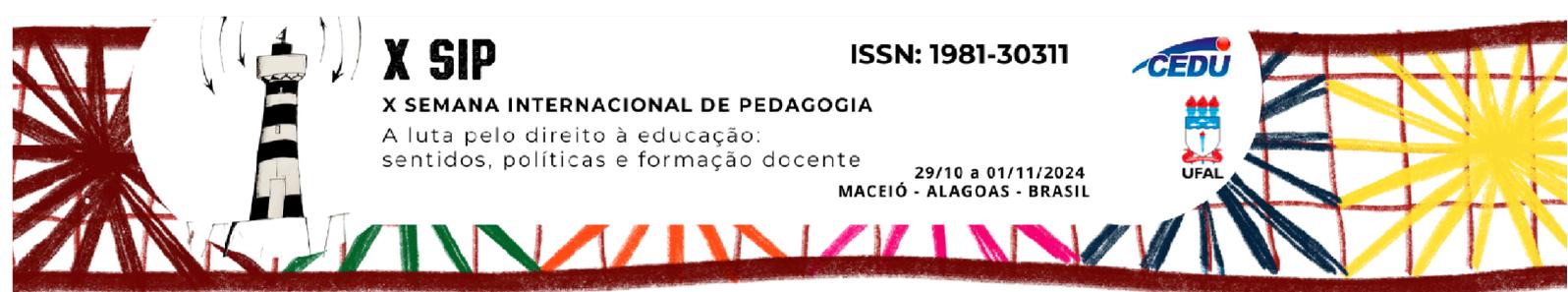
O aprendizado na educação inclusiva é mútuo, pois todos os alunos estão aprendendo juntos, compreendendo a diversidade existente na sociedade. A educação inclusiva “Compromete-se a desenvolver uma pedagogia capaz de educar todas as crianças com sucesso, incluindo os mais desfavorecidos e os que apresentam deficiências graves” (SORIANO, 1999, apud, SANCHES E TEODORO, 2006).

Uma vez que se pretende garantir a educação inclusiva, é crucial haver a conscientização de todas as áreas da sociedade. A Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (ONU,2008), enfatiza em seu artigo 8, que o estado adotará medidas para isso, conscientizando a sociedade e combatendo o preconceito.

O processo de conscientização precisa ser enfatizada no âmbito escolar em especial, pois o sistema educativo precisa estar totalmente consciente da importância da educação inclusiva, além de ter meios diferentes para se trabalhar adequadamente com a diversidade da sala de aula, através de formação continuada, visto que isso também se insere como uma medida de apoio às crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs).

4.2 CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Além da conscientização e da formação continuada dos profissionais da educação, um outro aspecto carece de atenção: o currículo. A base da escola não foi pensada para crianças atípicas, crianças com alguma especificidade, mas pensando em um modelo de criança sem qualquer dificuldade ou limitação. Por este motivo, a escola tem limitações, principalmente no campo curricular, que incapacita



os estudantes, ou seja, dificultam seu aprendizado em vez de facilitá-lo, fazendo com que os estudantes carreguem o fardo de não conseguir aprender, se sentindo culpados por seu “fracasso”.

Assim, o currículo escolar não é compreendido como mero contribuinte da inclusão, mas, principalmente, como articulador entre práticas pedagógicas, contextos educacionais, sociais e culturais, objetivando a inclusão e, conseqüentemente, a aprendizagem de todos os alunos (PRAIS, ROSA E JESUS, 2018, p. 332).

Eladio Sebastian-Heredero (2020) afirma que os currículos escolares são deficientes em três aspectos: em relação a quem eles podem ensinar, por serem projetados para uma média fictícia, prejudicando os alunos que estão nos extremos como superdotados ou com NEEs; em relação ao que podem ensinar, por não considerarem o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem que os alunos precisam aprender; e por fim, em relação a como eles podem ensinar, por possuírem poucas opções de ensino, somente apresentando informações, sem proporcionar algo que os ensine para o futuro.

4.3 DUA E SUAS ESPECIFICIDADES

Uma prática pedagógica inclusiva para o currículo de acordo com Sebastián-Heredero é o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Surgiu em 1980 pelo arquiteto Ronald L. Mace, que teve como objetivo criar ambientes físicos e materiais que pudessem ser utilizados por diversas pessoas, não sendo somente acessível, mas universal.

Por ser uma pessoa com deficiência, Mace era um ativista que sentia na pele a falta de inclusão e de acessibilidade, por isso se dedicou a estudar e desenvolver o Desenho universal, sendo o fundador do The Center for Universal Design, que avalia e melhora o entorno de diversos ambientes.

Em 1990, o Centro de Tecnologias Especiais Aplicadas (CAST) começou a estudar o Desenho Universal, trazendo-o para a aprendizagem, focando não somente no ambiente físico escolar, mas também na aprendizagem.

5. DUA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO

O currículo baseado no DUA propicia maior flexibilidade e variabilidade de modos de apresentação, pensando na diversidade existente na sala de aula. Possui três princípios: Proporcionar Modos Múltiplos de Apresentação- maneiras distintas de mostrar o conteúdo; Proporcionar modos múltiplos de ação e expressão- diferentes estratégias para o aluno expressar o que aprendeu; E Proporcionar Modos Múltiplos de Implicação, Engajamento e Envolvimento- diferentes possibilidades de provocar e motivar os alunos.

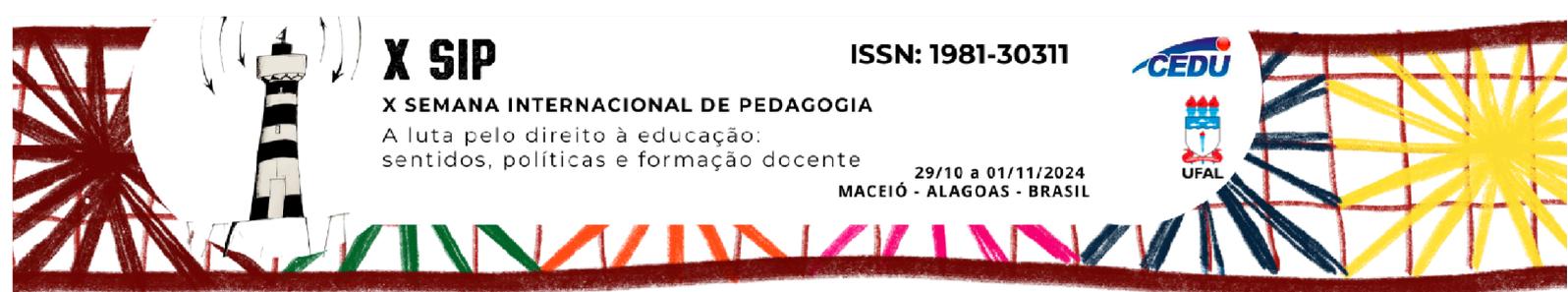
Além desses princípios, o currículo DUA é composto por: objetivos, métodos e materiais de avaliação. Os objetivos oferecem diferentes opções e ferramentas para o aluno alcançar, focando no desenvolvimento e não no desempenho estritamente. No que diz respeito aos métodos, são flexíveis e variados, assim como os materiais de avaliação, levando em consideração a diversidade presente na sala e de acordo com o progresso observado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um ambiente repleto de multiplicidade, valorizá-la é o que uma escola verdadeiramente inclusiva propõe. A diversidade de instrumentos propostos pelo DUA condiz diretamente com uma escola inclusiva, pois promove e respeita a diversidade de pessoas. Os alunos são diferentes e por isso precisam de instrumentos diferentes para aprender, considerar isso faz com que o currículo se torne mais inclusivo, pois compreende a diversidade do ambiente escolar.

Para superar a limitação existente no ambiente escolar, é necessário que o currículo oriente os professores sobre o DUA a como utilizar esse recurso na sala de aula (ou de referência, na educação infantil), guiando os profissionais da educação para que possam tornar o ambiente escolar mais inclusivo, além de auxiliando-os nos âmbitos financeiro, formativo e pessoal para que possam desenvolver esses materiais diversos.

REFERÊNCIAS



BRASIL, 2008. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008.**

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar.** Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, v. 25, 2002.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel. **Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas.** Da investigação às práticas: estudos de natureza educacional, v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015.

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza.; ROSA, Hallison Fernando; JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e inclusão educacional: percepções de docentes da educação básica.** Roteiro, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 317–344, 2018. DOI: 10.18593/r.v43i1.14509.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos.** Revista lusófona de Educação, v. 8, n. 8, 2006.

SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. **Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, p. 733-768, 2020.

SILVA, Maria Odete Emygdio. **Da exclusão à inclusão: concepções e práticas.** Revista lusófona de educação, v. 13, n. 13, 2009.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar.** Educação Unisinos, v. 22, n. 2, p. 147-155, 2018.

[CAST: Sobre o CAST](https://www.cast.org/about/about-cast) : <https://www.cast.org/about/about-cast>